

Proposta 8 - Combate À Corrupção

17-May-2011

A falta de entrega de declarações de bens por parte de quem exerce cargos públicos deve ser punida, defende o Bloco na sua oitava proposta eleitoral - combater a corrupção e criminalizar o enriquecimento ilícito - apresentada este sábado.

«Combater a corrupção e criminalizar o enriquecimento ilícito» foi a oitava proposta divulgada pelo Bloco. Este sábado, na Foz do Arelho, Francisco Louçã destacou o problema que preocupa os portugueses e que tem sido silenciado na campanha eleitoral: a resposta à corrupção e ao despesismo descontrolado.

«Quem tem funções públicas e conseguiu acumular valores pelos quais não prestou contas comete um abuso pelo qual tem que responder», sustentou o coordenador da Comissão Política do Bloco, defendendo que a não apresentação de declarações de rendimentos seja julgada como simples falsas declarações, mas sim como crime de enriquecimento ilícito, que deve ser punido como tal.

Para além de propor a punição de enriquecimento ilícito, o Bloco defende que o período de fiscalização da declaração de rendimentos seja alargado para cinco anos após o fim das funções públicas e a abertura completa do sigilo bancário à fiscalização fiscal da origem dos rendimentos, para identificar casos de corrupção e evasão fiscal.

Em Portugal, «a corrupção tem sido um crime silencioso sobre o qual os tribunais raramente se têm debruçado e, portanto, temos sido incapazes de a combater», afirmou Francisco Louçã, sublinhando a necessidade de verificar as derrapagens em obras públicas, «como aconteceu com a Casa da Música».

Em declarações à Lusa, o dirigente bloquista afirmou-se pouco surpreendido pelas acusações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) a seis administradores do Banco Privado Português (BPP) que, segundo a edição do Expresso deste sábado, poderão incorrer em multas de 2,5 milhões de euros por irregularidades graves.

«Já se sabia que havia enormes irregularidades (e!) e se a CMVM impõe multas, saber das suas razões», afirmou Francisco Louçã. Ainda que afirmando desconhecer o processo, Louçã comparou a situação do BPP à do BCP, onde «também já se sabia que havia enormes irregularidades, com 700 milhões de euros em off-shores e a do BPN (Banco Português de Negócios), em que foram pagos "dois mil milhões de euros na nacionalização mais desastrosa que foi feita em Portugal».

Francisco LouÃ§Ã£ falava na Foz do Arelho, concelho das Caldas da Rainha, a partir da iniciativa â€œum grito pela Lagoa [de Ã“bidos]â€•, promovida pelos bloquistas locais e que contou com a presenÃ§a do deputado e candidato pelo cÃ-rculo eleitoral de Leiria Heitor de Sousa.

Â

VÃª a proposta completa aqui:

http://www.esquerda.net/sites/default/files/PROPOSTA_8.pdf

Â

20 Dias, 20 Propostas:

http://viseu.bloco.org/index.php?option=com_content&task=blogsection&id=33&Itemid=86

Â

Programa Eleitoral do Bloco:

http://viseu.bloco.org/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=48&Itemid=88